

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de Boa Vista

Class.: 496

Data: 22.09.85

Pg.: _____



NOTÍCIAS DA CÂMARA

Na Ordem do Dia da Reunião Ordinária da Câmara, realizada quarta-feira, 4, foi submetido em primeira discussão e votado o Projeto de Lei do Executivo Municipal, que permitirá ao mesmo celebrar contrato de concessão temporária de exploração de transportes coletivos urbanos, fixar e revisar tarifas na cidade de Boa Vista. A Comissão de Justiça e Redação apresentou Emenda Aditiva ao Projeto, limitando o tempo da concessão em cinco anos e determinando a obrigatoriedade da concorrência pública. Entretanto, em face de algumas dúvidas suscitadas no decorrer da discussão, o Projeto ao voltar ao plenário na próxima Sessão, deverá vir aprimorado com mais uma emenda.

Por outro lado, o Requerimento do Vereador Reinaldo F. Neves Filho, solicitando ao Prefeito que informasse o número de servidores Municipais existentes até o dia primeiro de julho do corrente ano, o número de novas contratações realizadas e de servidores contratados sob regime de serviços prestados, há duas semanas está à mercê da deliberação do plenário.

Pois na semana passada, o Vereador Paulo Duarte manifestou desejo de discutir o Requerimento, e esta semana o pedido de vista partiu do Vereador Robério B. de Araújo, constituindo assim, uma forte barreira de ambos os Vereadores da Aliança Democrática, pela não aprovação do mesmo. Robério disse que o seu pedido de vista foi motivado pela sua ausência na Sessão anterior.

No entanto, no Pequeno Expediente de segunda-feira, 2, o Vereador Laudi Mendes destacou a importância da Instituição da Assistência Judiciária Gratuita, pelo Governador do Território. Disse que ela é necessária, principalmente nas periferias onde os problemas sociais segundo o Vereador são maiores e consequentes aos governos irresponsáveis que por aqui passaram. Já em seu pronunciamento de quarta-feira, Laudi Mendes congratulou-se com a nomeação de José Duarte para o cargo de Diretor da carteira de crédito e câmbio do Banco de Roraima, destacando a lisura de caráter que o mesmo sempre demonstrou ao desempenhar outras gerências, inclusive em São Paulo.

Ainda foram apresentadas as indicações do Vereador Robério B. de Araújo ao Secretário de Obras do Governo do Território, pedindo a recuperação das vicinais que ligam a BR-203 às fazendas Nova Aliança, Ideal, São João da Fleixa, Céu Azul, Sulamérica, São Pedro, São José, Disterro, Águas Belas, Morrinho e Paraíso, na região do Amajari. Também indicou ao Secretário que determinasse serviços de melhoramento na vicinal que liga a Serra do Tepequém ao Trairão, bem como a construção de um pontilhão no Igarapé localizado na Baixa Grande e aterros ligando à fazenda São Sarué. Também solicitou ao Secretário a restauração da vicinal que liga às comunidades indígenas Araçá e Guariba.

O Vereador Paulo Duarte juntamente com Robério B. de Araújo solicitaram ao Prefeito a construção de um módulo esportivo na divisa dos Bairros Burity e Liberdade.

A exemplo da boa aceitação que a Delegacia de Defesa da Mulher vem tendo em São Paulo, o Presidente da Câmara, Barac da Silva Bento, encaminhou proposição ao Governador do Território e ao Secretário de Segurança Pública, solicitando a implantação de uma Delegacia em Boa Vista. Ainda para o Governador e ao Secretário de Administração, Barac solicitou a concessão de gratificação para os funcionários da Junta Comercial que ocupam Cargos de Confiança.

A Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro em indicação ao Prefeito pediu que determinasse a arborização das principais avenidas da cidade com plantas ornamentais como azaléias, acácias e pau d'arco. Ao Presidente da Câmara, Maria de Lourdes Pinheiro indicou que comparecesse a Professora Maria Antonia de Melo Cabral para comparecer nesta Casa a fim de fazer exposição aos Vereadores sobre o Tema "Que Escola temos Que Escola queremos".

Cumprindo uma extensa programação em Boa Vista, a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados esteve reunida, sábado, 14, com os membros do Legislativo Municipal. O encontro informal foi realizado na sede da Câmara e contou com a participação do Presidente da Comissão, Arildo Teles, dos Parlamentares Alcides da Conceição Lima Filho, Mozarildo Cavalcante, João Marques e Wildy Vianna.

Na ocasião, os Vereadores Maria Alica de Andrade Gomes, José Maria Gomes Carneiro, Paulo Maranhão Duarte, Laudi Mendes de Almeida, Carlos Araújo Lopes, Maria de Lourdes Pinheiro, Estácio Pereira de Melo Filho, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Barac da Silva Bento, expuseram aos integrantes da Comissão a problemática indígena no Território e fizeram a entrega de um documento sobre o assunto ao Presidente da Comissão. A incumbência da missão entrancada na questão indígena interna a abertura do garimpo de cassiterita do Surucucus, a revisão das áreas pretendidas pela Funai e a miséria dos Índios Yanomami foram os principais tópicos abordados pelos Vereadores.

Arildo Teles declarou que a vinda da Comissão do Índio a Boa Vista teve por finalidade constatar "in loco" a questão, para que com maior riqueza de detalhes pudesse informar corretamente o Congresso Nacional, a fim de que o mesmo possa votar conscientemente os dois Projetos de autoria do deputado Mozarildo Cavalcante, que ora tramitam em Brasília.

Um dos Projetos estabelece e define normas para abertura e exploração do Garimpo de cassiterita do Surucucus, o segundo, propõe um reestudo das áreas pretendidas pela Funai, bem como a constituição de uma Comissão para analisar com maior profundidade o assunto. Arildo Teles afirmou ainda que o estudo consciente da Comissão é necessário para que mais tarde não seja propagado que os Projetos foram aprovados para favorecer os deputados roraimenses. Teles garantiu que seu posicionamento quanto à questão em tela é de neutralidade, desejando apenas informar com clareza o Congresso.

O Presidente também alertou os Vereadores de que a aprovação dos projetos do deputado Mozarildo dependerá de muito trabalho e sobretudo de pesquisas.

No entanto, os Vereadores foram unânimes em solicitar à Comissão total apoio aos Projetos, os quais se constituem, no momento, nos únicos mecanismos viáveis para solução dos problemas indígenas do Território.